



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

Bruxelas, 4 de março de 2013

6754/13

**CO EUR-PREP 11
POLGEN 26
ENV 143
ENER 54
MI 135
RECH 46
COMPET 107
IND 45
ECOFIN 144
SOC 121
EDUC 59
TELECOM 30**

NOTA

de:	Presidência
para:	Comité de Representantes Permanentes
Assunto:	Implementação do Semestre Europeu – Relatório de síntese

Junto se envia, à atenção das delegações, o relatório de síntese elaborado pela Presidência sobre os debates e as principais mensagens políticas das diferentes formações do Conselho relacionados com o Semestre Europeu de 2013.

RELATÓRIO DE SÍNTESE DA PRESIDÊNCIA

Introdução

O presente relatório apresenta uma síntese dos resultados dos debates realizados no Conselho sobre a Análise Anual do Crescimento 2013 efetuada pela Comissão e da implementação das reformas acordadas a nível nacional. Baseia-se igualmente nas reuniões bilaterais que tiveram lugar em janeiro e fevereiro de 2013 entre a Comissão e os Estados-Membros para avaliar os progressos quanto às recomendações específicas por país. A análise a nível dos países será ainda aperfeiçoada durante as próximas fases do Semestre Europeu. O presente relatório dá uma primeira indicação dos progressos alcançados e das lacunas constatadas na implementação das reformas nos Estados-Membros da UE.

Estando o exercício do Semestre Europeu a atingir a sua maturidade e mantendo-se a gravidade dos desafios com que a Europa se defronta, há que centrar com firmeza toda a atenção na implementação das medidas acordadas por todos os Estados-Membros. A UE precisa de assegurar que serão dedicados verdadeiros esforços às cinco prioridades estabelecidas na Análise Anual do Crescimento: prosseguir uma consolidação orçamental diferenciada, favorável ao crescimento, restabelecer as práticas normais de concessão de crédito à economia, promover o crescimento e a competitividade, combater o desemprego e modernizar a administração pública. A Análise Anual do Crescimento revela progressos nalgumas áreas, mas há ainda muito por fazer. É necessário prosseguir as reformas para reforçar as condições propícias ao crescimento a longo prazo. Na implementação das orientações acordadas, há que utilizar eficazmente a margem de manobra disponível para promover o crescimento e o emprego no curto prazo.

- Perante os problemas que resultam da frágil situação económica, deve continuar inabalável o empenhamento na *consolidação orçamental diferenciada e propícia ao crescimento*. Todos os Estados-Membros deverão respeitar os seus compromissos a título do Pacto de Estabilidade e Crescimento e garantir a correção de quaisquer défices excessivos dentro dos prazos acordados. Há também necessidade de nos prepararmos a mais longo prazo, nomeadamente no que toca aos sistemas de pensões, cuja sustentabilidade a longo prazo não está, na maioria dos casos, garantida pelas reformas empreendidas ou em curso. Apesar das recomendações acordadas, poucos têm sido os progressos – e inclusive, nalguns casos, pouco tem sido o empenho – na transferência para outros fatores da carga fiscal que recai sobre o trabalho, em especial o de baixa remuneração, situação esta que tem de ser resolvida. Há também que prosseguir esforços para melhorar a cobrança de impostos e a eficiência da administração fiscal.
- Desde o princípio da crise que se está a procurar *restabelecer as práticas normais de concessão de crédito à economia*. Se bem que muito tenha sido feito para a estabilização do setor financeiro, subsistem problemas, nomeadamente para garantir o acesso ao financiamento por parte das PME. Nalguns países, são ainda necessárias mais medidas para solucionar as questões do endividamento das famílias e dos mercados do imobiliário, que estão interligadas.
- O forte compromisso político para *promover o crescimento e a competitividade* ainda tem de se traduzir em ações mais concretas, mesmo que estas sejam contrárias aos interesses instalados. São essenciais reformas estruturais bem concebidas para acompanhar a criação de emprego e complementar as reformas do mercado de trabalho, bem como para incentivar a efetiva criação de emprego. Os sistemas de fixação dos salários deverão ser mais orientados para o alinhamento dos salários pela produtividade. Há também que promover reformas mais ambiciosas no setor dos serviços, especialmente nas profissões regulamentadas, de modo a garantir que não fiquem sujeitas a restrições injustificadas no mercado interno. Os Estados-Membros deverão assegurar que os investimentos em infraestruturas, especialmente para as principais indústrias de rede, são suficientes para apoiar a estratégia geral de crescimento.

- Muitos dos debates recentes têm-se centrado, e com razão, no *combate ao desemprego e às consequências sociais da crise*. Os Estados-Membros procuraram promover a participação no mercado do trabalho, mas são necessários mais esforços. Há que acelerar e implementar com mais firmeza reformas das políticas ativas do mercado de trabalho, visando especialmente os jovens, os desempregados de longa duração e os trabalhadores pouco qualificados e assegurando simultaneamente a otimização dos recursos. A eficácia dos serviços públicos de emprego ainda constitui um problema e deverá continuar a ser reforçada. As políticas da família não têm sido suficientemente orientadas para uma maior taxa de participação das mulheres no mercado do trabalho e os serviços nesta área continuam a ser insuficientes, sendo pois necessário atuar com determinação nesta matéria. Também há que levar por diante as reformas no domínio da educação a fim de assegurar que tanto o ensino superior como profissional respondem às necessidades atuais e futuras do mercado do trabalho. Simultaneamente, os sistemas de ensino têm de prestar mais atenção aos jovens desfavorecidos, tendo designadamente em vista o objetivo da Estratégia Europa 2020 de combate ao abandono escolar precoce. Por último, se é verdade que as reformas da segurança social contribuíram para a consolidação orçamental e a participação no mercado do trabalho, alguns Estados-Membros têm de redobrar esforços para assegurar que o sistema de segurança social enfrenta de forma efetiva a pobreza e a exclusão social.
- Deverá ser prosseguida a *modernização da administração pública*, a fim de garantir as condições-quadro adequadas para a recuperação e o crescimento. O ponto fulcral destes esforços depende dos Estados-Membros, mas a redução da carga administrativa e regulamentar, as medidas para melhorar o ambiente empresarial, a administração em linha, a absorção dos fundos da UE e a eficiência do sistema judicial contam-se entre os domínios a abordar.

A ação dos Estados-Membros deverá ainda incorporar os esforços desenvolvidos para satisfazer os compromissos assumidos no quadro do Pacto para o Euro Mais.

Com a crescente importância que o Semestre Europeu tem vindo a assumir, há que assegurar melhor a sua inclusividade, tanto a nível nacional como europeu. Os parceiros sociais têm competências e responsabilidades importantes nos domínios abrangidos pelo Semestre. O papel dos parlamentos merece especial atenção para assegurar a legitimidade democrática do processo. A este respeito, chama-se a atenção para os pareceres do Parlamento Europeu sobre o Semestre Europeu de 2013, que constam de três resoluções que adotou a 7 de fevereiro de 2013 sobre a Análise Anual do Crescimento (2012/2256(INI)), o emprego e os aspetos sociais da Análise Anual do Crescimento (2012/2257(INI)) e as recomendações à Comissão sobre a governação do mercado único (2012/2260(INI)), respetivamente. Os deputados do Parlamento Europeu também se reuniram com deputados dos parlamentos nacionais, de 28 a 30 de janeiro de 2013, em Bruxelas, para debaterem o Semestre Europeu e questões decorrentes da Análise Anual do Crescimento deste ano.

Assuntos Económicos e Financeiros

Nas reuniões de 22 de janeiro e 12 de fevereiro, o Conselho ECOFIN discutiu a Análise Anual do Crescimento, tendo adotado, na última dessas reuniões, conclusões nesta matéria previamente elaboradas pelo Comité Económico e Financeiro (doc. 5809/1/13 REV 1). Nessa mesma reunião, foram adotadas conclusões relativas ao Relatório sobre o Mecanismo de Alerta (doc. 5810/13).

Conforme reiterado nessas conclusões, a focalização continuada nas cinco prioridades definidas na Análise Anual do Crescimento, de 2012, foi acordada por todos os Estados-Membros e os debates apontam para uma ampla convergência de opiniões sobre o tema.

Em relação à situação económica, as delegações sublinharam que continuam a ser graves os desafios em termos de crescimento e de dívida com que se defronta a economia da UE. Na atual conjuntura, as principais prioridades consistem na melhoria da confiança e no relançamento do crescimento económico, na garantia da sustentabilidade da dívida e na melhoria da competitividade, e na criação de condições para um crescimento sustentável e para a criação de emprego a mais longo prazo.

No que respeita à área do euro, foi reconhecida a situação específica em que se encontram os Estados-Membros da área do euro, devido às suas mais fortes interligações financeiras e económicas e às repercussões que daí advêm. Como condições prévias para o crescimento e o ajustamento, há nomeadamente que prosseguir na via da consolidação orçamental e das reformas estruturais e travar a fragmentação financeira, melhorar as condições de financiamento para os investidores, especialmente nos países vulneráveis, e incentivar o afluxo e afetação eficiente de capital, a fim de apoiar o ajustamento.

Quanto à prioridade de prosseguir uma consolidação orçamental diferenciada e propícia ao crescimento, as delegações consideraram que a existência de finanças públicas sólidas e sustentáveis é um pré-requisito essencial para a confiança dos mercados e para a estabilidade macroeconómica e, conseqüentemente, para o crescimento. O ajustamento orçamental tem de prosseguir seguindo uma estratégia de consolidação diferenciada e propícia ao crescimento, tendo designadamente em conta os elevados níveis de endividamento e os desafios de médio e longo prazo para as finanças públicas. Os Estados-Membros também salientaram a necessidade de conceber uma combinação global de receitas e despesas, propícia ao crescimento, com medidas direcionadas no âmbito da estratégia orçamental global para proteger e, se possível, reforçar os principais motores do crescimento e as redes essenciais de segurança social, aumentando em simultâneo a eficiência e a eficácia das despesas.

As delegações acordaram na importância de restabelecer o crédito à economia, especialmente às PME, como parte da recuperação económica e para salvaguardar as taxas de crescimento potenciais. Neste contexto, importa concluir o saneamento dos balanços dos bancos, nomeadamente no que respeita ao crédito em incumprimento, reequilibrar a tradicional dependência das empresas em relação ao financiamento bancário, ponderando fontes de financiamento alternativas, e eliminar as deficiências do mercado e outros obstáculos ao acesso ao financiamento por parte das PME, em consonância com a necessidade de preservar a estabilidade financeira.

Em relação à prioridade que consiste em promover o crescimento e a competitividade, as delegações reconheceram que, nas atuais circunstâncias económicas, é crucial que a consolidação orçamental e o restabelecimento da estabilidade financeira sejam acompanhados de reformas estruturais bem concebidas. Tais reformas deverão ter por objetivo a promoção do crescimento sustentável, a competitividade e a correção sustentada dos desequilíbrios macroeconómicos através do aumento da produtividade e do reforço da capacidade de ajustamento da economia, bem como da redução de desagravamentos fiscais com efeitos de distorção, que promovem o endividamento excessivo. As delegações também insistiram na problemática do desemprego elevado e crescente, bem como na necessidade de introduzir reformas para tornar os mercados laborais mais inclusivos, flexíveis e dinâmicos, permitindo assim uma recuperação geradora de emprego.

As delegações também se debruçaram sobre a questão da mobilização dos motores do crescimento a nível da UE, relembrando as conclusões do Conselho Europeu de outubro de 2011, em que se apela ao Conselho para que tome medidas para garantir que as ações a nível da UE apoiam plenamente o crescimento económico e a criação de emprego, contribuem para reduzir as disparidades entre regiões, e apoiam e completam as ações a nível nacional, o que deve ser assegurado designadamente através da plena implementação do "Pacto para o Crescimento e o Emprego", adotado pelo Conselho Europeu em junho de 2012. O orçamento da UE deverá, através de uma definição adequada de prioridades e dentro de limites acordados, centrar-se no crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, no emprego e na competitividade. As delegações também manifestaram o seu apreço pelo destaque dado pela Comissão ao Ato para o Mercado Único I e II e ao Mercado Único Digital.

As delegações debateram igualmente o Relatório sobre o Mecanismo de Alerta para 2013, no qual são identificados 14 Estados-Membros que requerem mais análise no contexto de exames aprofundados, para que se possa, nessa base, identificar eventuais desequilíbrios e a sua gravidade. As delegações registaram com satisfação os sinais positivos de reequilíbrio, respaldado pelo aumento da competitividade e por reformas estruturais significativas nos Estados-Membros, mas salientaram que era necessário manter o bom andamento.

[As delegações adotaram também conclusões sobre a qualidade das despesas públicas na UE, nas quais são abordadas duas das importantes prioridades indicadas na Análise Anual do Crescimento 2013, levada a cabo pela Comissão: vertente de crescimento das medidas de consolidação, aumento da eficácia das despesas públicas através de reformas da administração pública (doc. 6728/1/13). Eis os três objetivos das conclusões: i) Estabelecer o diálogo entre os Estados-Membros, nomeadamente análises efetuadas pelos pares e partilha de boas práticas no que respeita a determinadas questões específicas, ii) Reforçar o Semestre Europeu, dando prioridade à prossecução dos trabalhos do CPE e da Comissão em matéria de revisão dos processos e práticas orçamentais com o objetivo de obter ganhos de eficiência no setor público, iii) aperfeiçoar os dados utilizados pelos Estados-Membros, incentivando-os a melhorarem a prestação de informações e a disponibilidade e divulgação de dados.] *texto a atualizar, se necessário, à luz do Conselho ECOFIN de 5 de março*

Emprego, política social, saúde e consumidores

No âmbito do Semestre Europeu, o Conselho (EPSCO) procedeu a um extenso debate de orientação, em 28 de fevereiro de 2013, sobre as medidas prioritárias nos domínios do emprego e das políticas sociais. Nas suas intervenções, os Ministros destacaram a sua apreensão face à presente situação de crise, não deixando de reconhecer o importante papel do processo do Semestre Europeu em apoio das difíceis reformas estruturais que os Estados-Membros estão a empreender e/ou executar.

Os Ministros salientaram que a crise continuava a pôr sob pressão os sistemas de proteção social, agravando o risco de pobreza e exclusão social. Continuam a ser necessárias reformas, e reformas que deem os devidos incentivos para que o trabalho compense, garantindo ao mesmo tempo um sistema de segurança social estável. Embora exista um consenso geral quanto à prossecução das medidas de consolidação fiscal, conducentes a finanças públicas sãs, alguns Estados-Membros salientaram que o crescimento era necessário para combater o desemprego e que a retoma económica tinha de ser geradora de empregos, sendo também imperioso atender devidamente às questões de ordem social.

As delegações apoiaram em vasta medida o papel valioso do processo do Semestre Europeu. O seguimento da execução das recomendações específicas por país, a supervisão multilateral, o intercâmbio de experiências e melhores práticas e as análises interpares são estimulantes para o debate e a pressão dos pares, facultando assim uma orientação que ajuda a imprimir a necessária dinâmica e aceitação das reformas. Trata-se de medidas muito exigentes e onerosas, mas também essenciais para assegurar mercados de trabalho que funcionem e sistemas de proteção social sustentáveis e eficientes. Alguns Ministros salientaram que, embora o Semestre Europeu tenha reforçado substancialmente o quadro para a coordenação das políticas de emprego, estabelecido em conformidade com o artigo 148.º do TFUE, ainda há margem para mais melhoramentos. Outros Ministros recordaram igualmente que se impunha garantir a legitimidade e a apropriação do processo, bem como, sendo caso disso, a inclusão e a participação dos parceiros sociais e outras partes interessadas.

Os Ministros descreveram as medidas tomadas em matéria de emprego e política social e as reformas realizadas ou em curso nos respetivos países, tendo frisado, em particular, a necessidade de aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho, bem como de empreender reformas das pensões e do mercado de trabalho. As mulheres são um recurso por aproveitar a bem do crescimento na Europa, e o emprego das mulheres também oferece proteção contra o risco de pobreza. E, no entanto, as mulheres continuam a deparar com entraves à entrada no mercado de trabalho e ao empreendedorismo. Para melhorar a situação, é necessário atuar numa vasta frente, e inclusive nos seguintes domínios: políticas de educação, formação e aprendizagem ao longo da vida que conduzam ao emprego e ao empreendedorismo das mulheres; medidas de apoio à conciliação entre trabalho e vida familiar, incluindo modalidades de trabalho flexíveis, licença parental e licença de parto e serviços de acolhimento de crianças a preços comportáveis; introdução de incentivos fiscais para o emprego das mulheres; medidas para pôr termo às disparidades salariais entre os sexos. Quanto à reforma das pensões, os Ministros salientaram a necessidade de garantir o equilíbrio entre a sustentabilidade financeira e a adequação, já que os sistemas de pensões têm um importante papel a desempenhar para assegurar um rendimento adequado na velhice. As reformas empreendidas ou a empreender visam fazer frente ao desafio demográfico mediante a adaptação das pensões em função da esperança de vida, nomeadamente aumentando a idade da reforma. As reformas do mercado de trabalho têm combinado flexibilidade com segurança do emprego e têm por objetivo último a criação de postos de trabalho enquanto principal instrumento para evitar a pobreza.

No contexto deste debate, o Conselho EPSCO adotou o Relatório Conjunto sobre o Emprego, 2013, e conclusões do Conselho com base na Análise Anual do Crescimento (doc. 6462/13), dando assim orientação políticas para as políticas sociais e de emprego em 2013. Definiu também uma orientação geral sobre as Orientações para as Políticas de Emprego de 2013 (doc. 6509/13), que deverá constituir a base para as recomendações específicas por país que o Conselho venha a dirigir aos Estados-Membros em conformidade com o artigo 148.º do TFUE.

Competitividade

No quadro do Semestre Europeu e com base na Análise Anual do Crescimento 2013, o Conselho (Competitividade) realizou um debate de orientação sobre investigação a 18 de fevereiro e sobre a competitividade industrial e o mercado interno a 19 de fevereiro de 2013.

Investigação

Os Ministros concordaram que era necessário que a Europa se mantivesse na vanguarda do desenvolvimento tecnológico e da inovação do mercado. Nesse sentido, os Ministros apresentaram uma série de recomendações de políticas destinadas a impulsionar a investigação e a inovação e sublinharam, em geral, a importância de que se reveste a execução dos compromissos assumidos no âmbito da estratégia União da Inovação e a atribuição de maior destaque à eliminação dos obstáculos tendo em vista a realização do Espaço Europeu da Investigação.

Os Ministros sublinharam a importância do reforço dos investimentos na investigação e inovação, incluindo várias formas de apoio público à investigação e inovação, tais como os créditos de imposto, os contratos públicos e o apoio ao capital de risco. Por outro lado, consideraram igualmente importante a utilização de meios eficazes para promover o financiamento privado da investigação e inovação, bem como medidas para ultrapassar os obstáculos à aceitação de instrumentos de financiamento pelas pequenas e médias empresas.

As parcerias público-privadas foram consideradas um valioso instrumento para injetar investimento privado na investigação e traduzir os resultados da investigação em produtos e serviços comercializáveis. No entanto, muitos Ministros salientaram que haveria que reavaliar as regras e estruturas das PPP, bem como a transparência dos procedimentos, de modo a torná-las mais atraentes e de mais fácil aplicação, em especial tendo em vista a participação das PME.

Foi atribuído um importante papel a iniciativas que apoiem a comercialização dos resultados da investigação e o desenvolvimento de empresas tecnológicas em fase de arranque para criar novos empregos de elevado valor acrescentado, incluindo medidas destinadas a reforçar as ligações entre as universidades e as empresas e a promover a formação de pólos de inovação. Nesse sentido, foi mencionada por muitos Ministros a importância de um bom enquadramento do mercado, do estabelecimento de redes e da ligação das universidades com as empresas.

Muitos Ministros sublinharam que, se bem que seja importante perscrutar o horizonte em busca de novas evoluções no mercado, com uma incidência específica nas tecnologias facilitadoras essenciais, há que não esquecer uma abordagem a longo prazo e, neste contexto, a investigação fundamental tem um importante papel a desempenhar.

Mercado Interno e Indústria

Os Ministros acordaram na importância de uma política industrial proativa que promova a competitividade da UE a nível mundial e na manutenção de políticas favoráveis ao crescimento orientadas para o longo prazo suscetíveis de estimular a produtividade dos setores europeus da indústria e dos serviços e, por conseguinte, a competitividade da economia da UE.

Em geral, os Ministros acordaram na necessidade de facilitar o acesso ao financiamento, o acesso aos mercados e a abertura do mercado europeu, salvaguardando ao mesmo tempo os seus interesses em matéria de exportações. Consideraram importante perspetivar uma política industrial renovada sob um prisma mais vasto, que incluía outras políticas (comercial, ambiental, I&D, coesão, energética e auxílios estatais).

Vários Ministros realçaram o papel cada vez mais importante das cadeias de valor mundiais têm para a indústria da UE, o que exige uma abordagem diferente da política industrial que tenha em maior consideração as interligações e dê maior relevo ao incentivo à formação de redes que facilitem as transferências de tecnologia. Foi igualmente mencionada a necessidade de dar maior destaque aos setores com um maior potencial, como as tecnologias facilitadoras essenciais. Deverá, em particular, ser dada às PME a possibilidade de acesso aos mercados mundiais, a fim de beneficiarem de todo o potencial das novas tecnologias e mercados em rápido crescimento.

Alguns Estados-Membros apoiaram o ambicioso objetivo da Comissão de conseguir que até 2020 20% do PIB da União provenha da indústria.

Os Ministros congratularam-se com o facto de, pela primeira vez, o mercado único seguir mais de perto o Semestre Europeu, mediante a inclusão de um relatório sobre o estado da integração do mercado único 2013 no pacote da Análise Anual do Crescimento. A inclusão da vigilância do mercado único em todo o processo do Semestre Europeu contribuirá para que se tire pleno proveito de um mercado único de mais de 500 milhões de consumidores com o mais elevado poder de compra do mundo; deverá, em especial, facilitar a identificação de estrangulamentos e insuficiências existentes e apontar possíveis soluções.

Em relação à eliminação dos obstáculos que ainda subsistem no setor dos serviços – o que é considerado essencial para a recuperação da Europa –, registou-se um amplo apoio ao sistema proposto de análise pelos pares e ao desenvolvimento do sistema de balcões únicos de modo a tirar partido de todo o potencial do setor. Todos os Ministros apoiaram a continuação do reforço da governação do mercado único, tendo salientado nomeadamente a utilidade do Sistema de Informação do Mercado Interno e da SOLVIT.

Os Ministros realçaram a importância da avaliação regular da evolução da legislação no domínio do mercado interno, concretamente as propostas no âmbito dos Atos para o Mercado Único (I e II), e apelaram à sua rápida adoção.

Telecomunicações

A 20 de dezembro de 2012, o Conselho TTE (Telecomunicações) realizou um debate de orientação sobre a Estratégia Europa 2020, tendo-se debruçado sobre a Análise Anual do Crescimento 2013 e a revisão intercalar da iniciativa emblemática Agenda Digital para a Europa.

Os Ministros saudaram a publicação do primeiro relatório sobre o Estado da Integração do Mercado Único, parte integrante do pacote da Análise Anual do Crescimento, e acordaram na necessidade de prosseguir as prioridades estratégicas nele propostas para o mercado único digital de modo a que este contribua da melhor forma para o crescimento e o emprego na Europa. Salientaram em especial que era necessário intensificar esforços para a implantação da banda larga e a melhoria da sua qualidade, garantir a correta aplicação da Diretiva Comércio em Linha, aumentar a disponibilidade de serviços públicos em linha conviviais e investir na formação no domínio das TIC.

Ao analisarem as etapas seguintes propostas pela Comissão para a iniciativa emblemática Agenda Digital, os Ministros debruçaram-se mais aprofundadamente sobre as ações necessárias à consecução dos objetivos expostos. Em relação à banda larga, foi salientada a importância de um financiamento adequado e diversificado para implantar a banda larga fixa e sem fios e para o acesso à mesma, assim como de meios para reduzir os respetivos custos. A respeito do comércio em linha, os Ministros analisaram as ações necessárias para estabelecer um clima de confiança, nomeadamente em relação à proteção de dados e à identificação em linha, reconhecendo a prioridade que deve ser conferida à proposta de regulamento relativo à identificação em linha e a serviços de confiança no âmbito do Ato para o Mercado Único I. Quanto à formação no domínio das TIC, foi lembrado que era necessário desenvolver competências digitais tanto no plano técnico como jurídico.

Também mereceram apoio outras prioridades propostas pela Comissão para a revisão da Agenda Digital. Foi posta a tónica na sensibilização para as tecnologias digitais e na necessidade de ter em conta a dimensão digital em todos os setores. Concretamente, os Ministros reconheceram as interligações entre a Investigação e o Desenvolvimento e a competitividade do setor das TIC, e a economia no seu todo, na sequência da utilização crescente das TIC. Foi realçada a importância da computação em nuvem, especialmente para as PME, e apontada a necessidade de criar para tal um enquadramento jurídico na UE. Solicitou-se igualmente à Comissão que estudasse qual o quadro regulamentar adequado para a convergência da *Web*-televisão-telecomunicações. Foi igualmente partilhada a necessidade de uma melhor gestão do espetro e libertação de frequências para aplicações móveis e sem fios. Em relação à criação de um mercado de conteúdos, várias delegações chamaram a atenção para as questões dos direitos de autor. Por último, foram mencionadas as questões da cibersegurança e da utilização das informações do setor público.

Registaram-se progressos significativos em muitos aspetos da Agenda Digital, e o debate permitiu que os Ministros apresentassem as medidas tomadas a nível nacional. No entanto, conforme se observa na Análise Anual do Crescimento, há ainda muito a fazer para superar as lacunas e incongruências entre os Estados-Membros, nomeadamente no que respeita à execução e ao papel das entidades reguladoras. Além disso, muito do que é proposto pela Comissão para a iniciativa emblemática Agenda Digital é de natureza não legislativa e baseia-se em interações diretas com os operadores. Ora, esta matéria exige um empenhamento político mais firme a nível nacional.

Transportes

À margem do Conselho TTE (Transportes) de 20 de dezembro de 2012, os Ministros debateram durante o almoço o potencial do setor dos transportes como plataforma de convergência para as infraestruturas da energia e das telecomunicações, a fim de darem o seu contributo para as discussões no âmbito do Conselho sobre a Análise Anual do Crescimento 2013.

O debate confirmou o potencial significativo de uma Europa interligada para estimular o crescimento e o emprego através da exploração de sinergias entre os transportes, as telecomunicações e a energia.

Para aproveitar esse potencial, há que manter o necessário investimento, apesar das atuais restrições orçamentais. Os Ministros reconheceram a necessidade de dispor de instrumentos financeiros inovadores, bem como o importante papel que o Banco Europeu de Investimento pode ter na construção de infraestruturas interligadas. Acordaram igualmente na necessidade de analisar a fase experimental das obrigações para financiamento de projetos, tendo alguns apelado a uma avaliação rigorosa, enquanto outros manifestaram preferência por uma análise mais expedita que lhes permita tirar partido dos efeitos de alavanca esperados, mas que assegure também a continuidade entre a fase experimental e a completa implantação do instrumento. Além disso, os Ministros alertaram para os riscos de uma abordagem fragmentada da construção de infraestruturas europeias e recordaram o papel de liderança que pode vir a ser desempenhado neste contexto pelo Mecanismo Interligar a Europa. Foi ainda recordada por alguns a necessidade de respeitar uma abordagem em três fases para o financiamento das infraestruturas: sendo a primeira opção o financiamento do mercado, a segunda – necessária em caso de falha do mercado – a adaptação do quadro regulamentar, e a última opção o financiamento público.

O debate permitiu também identificar as áreas que requerem uma atenção especial. Trata-se de áreas urbanas e de elevada densidade populacional, com grandes necessidades em termos de mobilidade e de serviços, tais como a distribuição de encomendas. Essas áreas também contribuem de forma essencial para o PIB de cada país. Alguns Ministros chamaram ainda a atenção para o grande potencial de uma Europa interligada para as áreas de baixa densidade populacional.

Foram ainda apontados como exemplos de iniciativas sinérgicas de relevo a Parceria Europeia de Inovação para as Cidades e Comunidades Inteligentes, que atravessa as áreas da energia, dos transportes, das informações e comunicações, bem como o projeto *E-motion*, centrado em modos de transporte alternativos tais como os veículos elétricos ou híbridos. O projeto *E-motion* está também associado à questão mais vasta do contributo que pode ser dado pela mobilidade elétrica para uma Europa interligada.

Energia

O Conselho TTE (Energia) facilitou uma troca de opiniões sobre a Análise Anual do Crescimento na reunião de 22 de fevereiro de 2013, com base em contributos que os seus membros apresentaram por escrito.

Quanto aos principais obstáculos para a concretização dos objetivos energéticos da Europa 2020, as delegações assinalaram a ausência de infraestruturas energéticas e os pontos de estrangulamento. Salientaram também problemas decorrentes da incerteza regulamentar a curto prazo, por exemplo, no tocante aos biocombustíveis, e a mais longo prazo, isto é, a ausência de um quadro estratégico previsível para depois de 2020. Foram também mencionadas prováveis incoerências entre diferentes acervos legislativos, por exemplo, energia e proteção do ambiente. Aludiu-se igualmente a outros obstáculos, relacionados com o acesso ao financiamento, nomeadamente para as energias renováveis, e um mercado interno da energia que ainda não está a funcionar em pleno. Algumas delegações observaram que não estava ainda a ser feito o suficiente para diversificar as rotas e as fontes, em particular para o gás.

No que respeita mais especificamente às energias renováveis, há vários fatores que ainda entram o seu desenvolvimento, tais como a estrutura de custos para a produção de energia, em comparação com os combustíveis fósseis, barreiras à entrada, incerteza quanto ao preço do carbono e RCE, imprevisibilidade das políticas de apoio, integração no mercado interno da energia, disponibilidade de capacidade de armazenagem e reservas energéticas. No que se refere à eficiência energética, considerou-se que os fatores com efeitos negativos para o seu desenvolvimento eram mais de natureza prática do que regulatória, tratando-se nomeadamente da inadequação das informações e incentivos financeiros, perfil baixo da eficiência energética e implementação inadequada da legislação existente.

As delegações identificaram várias medidas energéticas a que se deve dar prioridade em virtude do seu potencial de crescimento e competitividade. Em geral, apelaram a que fosse novamente posta a tónica na competitividade e se abordasse a política energética numa perspetiva de estratégia industrial. Salientaram que era necessária uma maior concertação de esforços, tanto políticos como regulatórios, no contexto do Terceiro Pacote da Energia, para concluir o mercado interno da energia, nomeadamente no tocante ao acompanhamento de mercados e aos códigos de redes, à desagregação e à gestão dos congestionamentos, prestando igualmente atenção à interconexão com países terceiros. As delegações frisaram igualmente a importância de um quadro regulador estável e claro numa perspetiva pós-2020, bem como dos investimentos em infraestruturas, nomeadamente para as trocas de energia transfronteiras. Dever-se-á recorrer aos instrumentos financeiros da UE para facilitar o acesso aos capitais, em condições comparáveis em toda a União.

Algumas delegações aludiram à necessidade de modernizar as infraestruturas de transporte e distribuição e de desenvolver sistemas de redes inteligentes, tendo igualmente assinalado as oportunidades oferecidas pelas tecnologias de redes inteligentes enquanto contributo para a estabilidade das redes e um maior envolvimento dos consumidores através da gestão da procura.

As delegações salientaram que importava dar prioridade, em toda a linha, às inovações e aos investimentos que contribuem para as tecnologias limpas, bem como à transição para uma sociedade hipocarbónica. Incluem-se aqui atividades e produtos relacionados com a eficiência energética, com a devida atenção para a plena implementação do vasto acervo legislativo neste domínio, e os meios para promover a eficiência energética, nomeadamente incentivos. Também se deverá abordar a ligação entre promoção da eficiência energética, por um lado, e pobreza energética e consumidores vulneráveis, por outro. O desenvolvimento continuado de energias renováveis deverá passar pela solidez do seu financiamento e pela clarificação do recurso ao mecanismo de cooperação em conformidade com a Diretiva Promoção das Energias Renováveis (Diretiva 2009/28). Em geral, são necessários investimentos, através do Plano Estratégico para as Tecnologias Energéticas, em investigação e desenvolvimento de tecnologias neutras em termos de carbono. Algumas delegações também sugeriram que a transição para uma economia hipocarbónica fosse apoiada por uma diretiva revista sobre tributação da energia.

A temática das prioridades em matéria de energia é desenvolvida no texto das conclusões do Conselho, de 3 de dezembro de 2012, sobre as energias renováveis (doc. 16205/12), bem como nas opiniões formuladas no debate que o Conselho realizou, também em 3 de dezembro de 2012, sobre os progressos efetuados e os esforços necessários a respeito das orientações definidas pelo Conselho Europeu em fevereiro de 2011.

Ambiente

Em 17 de dezembro de 2012, o Conselho (Ambiente) procedeu a uma troca de pontos de vista sobre a "ecologização" do Semestre Europeu.

Os Ministros apoiaram a prioridade a conferir no Semestre Europeu às políticas no domínio do ambiente e das alterações climáticas e foram favoráveis à maior integração dessas políticas no processo de decisão económico e noutras políticas, nomeadamente a energia, a agricultura e os transportes. Concretamente, alguns Ministros apelaram a uma integração mais estruturada das prioridades ambientais no processo do Semestre Europeu, por exemplo, fazendo com que o debate sobre o Semestre Europeu no Conselho (Ambiente) se torne um exercício regular e incluindo na Análise Anual do Crescimento os progressos registados em matéria de crescimento "verde".

Vários Ministros chamaram a atenção para a necessidade de investimentos mais "verdes", em especial em infraestruturas propícias à transição para uma economia hipocarbónica e "verde", tendo sido considerada essencial para o crescimento sustentável a manutenção do nível de investimento ambiental tanto a nível nacional como a nível da União. Neste contexto, foi afirmada a necessidade de reservar pelo menos metade da receita proveniente dos leilões de emissões de CO₂ a investimentos em infraestruturas "verdes". Foram também mencionados problemas de acesso ao financiamento público, quer devido às regras em matéria de auxílios estatais quer devido a políticas nacionais no domínio da consolidação orçamental.

Os Ministros reconheceram o potencial de crescimento e emprego de uma maior eficiência dos recursos e da economia "verde". Contam-se entre as medidas que obtiveram maior apoio: a eliminação gradual de subsídios prejudiciais do ponto de vista do ambiente, a mudança de uma tributação sobre o trabalho para uma tributação sobre o ambiente, especialmente sobre os combustíveis fósseis, medidas para fomentar a reciclagem de resíduos, melhor gestão dos recursos e materiais, a eficiência energética, investimentos na poupança de energia, apoio à inovação nas empresas, regimes que apliquem a responsabilidade alargada do produtor, e uma melhor informação do consumidor através de uma maior tomada de consciência.

Neste contexto, os Ministros reconheceram o valor dos roteiros relativos à eficiência hipocarbónica, na utilização de recursos e energética.

Foi ainda mencionada a importância da administração pública e a sua capacidade para integrar a eficiência na utilização dos recursos num leque mais vasto de políticas, com destaque para os contratos públicos "verdes" e a melhor regulamentação.

Foi afirmada a necessidade de, no plano europeu, definir indicadores e normas de crescimento "verde", bem como a necessidade de promover o intercâmbio de informações e a coordenação das melhores práticas. Alguns Ministros apontaram a necessidade de novos objetivos estratégicos, enquanto outros sublinharam que qualquer novo objetivo deveria ser justificado com avaliações de impacto rigorosas que tenham em conta as especificidades dos Estados-Membros e dos grupos vulneráveis da sociedade.

Educação

Em 15 de fevereiro de 2013, o Conselho EJCD (Educação) realizou um debate de orientação sobre Educação e Competências ao serviço do Emprego, da Estabilidade e do Crescimento: Europa 2020 e Análise Anual do Crescimento, e adotou conclusões sobre o tema "Investimento na educação e na formação – Uma resposta à Comunicação *Repensar a Educação: Investir nas competências para obter melhores resultados socioeconómicos* e à Análise Anual do Crescimento de 2013" (doc. 6117/1/13).

Os Ministros aprovaram a mensagem-chave no cerne da Análise Anual do Crescimento deste ano, segundo a qual o investimento no capital humano tem um papel fundamental a desempenhar no combate aos problemas económicos da Europa. Reconheceram, todavia, que as lacunas, os défices e a inadequação das competências estavam a impedir a Europa de realizar todo o seu potencial de criação de emprego, e que era preciso fazer mais para adaptar os sistemas de ensino e formação às necessidades do mercado de trabalho.

Os Ministros consideraram que se impunha encontrar o justo equilíbrio entre a necessidade de tomar *medidas imediatas a curto prazo* para ajudar os nossos cidadãos – em especial o número assustadoramente elevado de jovens desempregados – a encontrar emprego, dotando-os das aptidões específicas exigidas pelo atual mercado de trabalho, e o *processo a longo prazo* de realização das reformas mais fundamentais que são necessárias para tornar os nossos sistemas de ensino e formação mais capazes de promover resultados pertinentes, de alta qualidade e equitativos para a próxima geração, por forma a que a força de trabalho da Europa disponha das devidas competências para assegurar a continuada prosperidade do continente na, dinâmica e cada vez mais competitiva economia mundial do século XXI.

Nos debates foi destacada a dimensão dos desafios enfrentados pelos setores do ensino e da formação nos Estados-Membros. A China e outras economias industrializadas emergentes estão a investir fortemente na sua própria base de competências, prevendo-se que, daqui até 2020, o número de licenciados qualificados na China ultrapasse o conjunto dos licenciados dos EUA e da Europa.

Outro desafio é a capacidade de antever quais as competências que virão a ser necessárias no futuro, porquanto é meramente impossível prever muitos dos trabalhos que as crianças de hoje vão efetuar quando forem adultos, tal é o ritmo da evolução tecnológica.

Muitos Ministros salientaram a importância decisiva da pedagogia – ensino de alta qualidade – como determinante-chave de um sistema de ensino eficiente. Foi largamente apoiada a ideia de que era necessário modernizar os métodos de ensino, tirando partido das últimas tecnologias, sem todavia sacrificar o relevo dado às competências de base, a saber, literacia e numeracia.

Temas recorrentes foram o estreitamento dos laços entre as empresas e o setor da educação a todos os níveis e o desenvolvimento da aprendizagem no trabalho, e muitos foram os Estados-Membros que mencionaram, como prioridade-chave, a importância de melhorar o estatuto e a qualidade do ensino e formação profissionais, considerando que estas deveriam ser tão valorizadas como o ensino geral ou superior.

Os Ministros dos Estados-Membros que geralmente têm bons resultados nas análises internacionais afirmaram que o êxito dos seus países se deve, em larga medida, à capacidade de "acertar quanto ao essencial", isto é, garantir a aquisição de competências de base como alicerce para uma ulterior aprendizagem, mas não deixaram de salientar a necessidade de desenvolver boas competências sociais e de comunicação.

Por último, concordou-se em geral que, no mundo de hoje, já não basta "estar na média", pelo que os sistemas de ensino e formação têm de promover a excelência a todos os níveis.